

O Rádio antes e depois da TV

30 de outubro de 2010 | 21h48

Ethevaldo Siqueira

Quarto e último artigo da série de sobre os 90 anos do rádio

A popularidade do rádio dos anos 1950 merece ainda alguns destaques, antes de fazer um balanço das transformações por que passam as emissoras e a tecnologia de telecomunicações. Valeria em primeiro lugar focalizar o trabalho de alguns empreendedores e emissoras desse período áureo.

Começamos pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Líder de audiência por mais de duas décadas, essa emissora estatal foi a mais popular e inovadora do País e chegou até a alcançar nos países vizinhos na América do Sul e em países africanos de língua portuguesa.

Um de seus programas de sucesso e alto nível, Obrigado, Doutor, com Paulo Roberto, homenageava o trabalho dos médicos. No final desse período áureo do rádio brasileiro, o noticiário de curta duração mais famoso do País foi o Repórter Esso, com Heron Domingues – dono de uma voz potente e sua dicção perfeita – na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em três edições diárias: às 8h00, 12h55 e 20h25.

Como emissora estatal, a Rádio Nacional acabou sendo desmontada após a implantação do regime militar em março de 1964, com episódios degradantes de delação de artistas, de prisões e intervenção do novo governo.

Em São Paulo, a Rádio Cultura se destacou nos anos 1940 e começo dos 1950 por programas populares como a Escolinha da Dona Olinda, do Nho Totico, cujo nome real era Vital Fernandes da Silva. Nascido em Descalvado, no interior de São Paulo, em 1903, Nho Totico criou sua Escolinha no Rádio nos anos 1930.

As radionovelas

As novelas do rádio brasileiro foram um dos programas de maior sucesso nos anos 1940 e 1950. Quem não se lembra da primeira versão O Direito de Nascer, escrita pelo cubano Félix Caignet, que ficou três anos no ar, na Rádio Nacional. Em minha infância, me lembro da inocência e simplicidade de uma radionovela da Rádio Tupi de São Paulo, Rosinha, Flor do Sertão, de 1943.

Nesse gênero de programas, destacou-se também a Rádio São Paulo, PRA-5, líder de audiência com as melhores novelas do rádio naqueles tempos. Um de seus galãs famosos era Waldemar Cigliani. Relembrando esse radialista, seu filho, Waldemar Cigliani Filho, me escreve: “Você citou Blota Júnior, mas não mencionou o seu lançador no rádio, que foi meu pai, o já falecido Waldemar Cigliani, o mais famoso galã do rádio paulista, da São Paulo, PRA-5 que durante mais de dez anos liderou a audiência em Sampa, com suas dezessete novelas diárias. Verdadeiro fenômeno!

Cigliani acumulou a direção artística e comercial da emissora, tendo ensinado os filhos do Paulo Machado a trabalhar”.

Vale ainda um registro dos locutores esportivos do passado. Dois pioneiros famosos foram Ary Barroso e Gagliano Neto, que transmitiram Copa do Mundo de Futebol de 1938, diretamente da França, em ondas curtas, o que era, na época, uma façanha heroica. Posteriormente, vieram mestres da transmissão esportiva: Pedro Luís, Aurélio Campos, Rebello Júnior (o criador do grito prolongado de Gooool no rádio) e Nicolau Tuma.

O rádio na era da TV

Muitos futurólogos de botequim previam o fim do rádio, com a chegada da televisão. Na verdade, o rádio influenciou muito mais a TV do que o contrário.

O aspecto mais relevante do rádio na vida brasileira pode ser comprovado desde os momentos de redemocratização do País, ao final do Estado Novo (a ditadura Vargas), em 1945, como suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 e toda a crise institucional que se prolonga até 1955, com o Marechal Teixeira Lott, e a eleição de Juscelino Kubitschek.

É bom lembrar que, antes de 1969, o rádio sofre muito menos a concorrência da TV — até porque a infraestrutura de telecomunicações do Brasil até aquele ano não permitia as transmissões de âmbito nacional. A TV era um fenômeno local. Tanto assim que o Jornal Nacional da Rede Globo só nasce nesse ano de 1969. Até então diversas capitais não falavam entre si por telefone por falta de troncos de longa distância.

Rádio e telecomunicações

Até os anos 1960, o Brasil era um país muito atrasado no setor de telecomunicações. No mundo, a passagem da década de 50 para a de 60 é marcada por eventos incomuns, como os primeiros satélites artificiais da Terra e os primeiros astronautas.

No Brasil, entretanto, a vitória da seleção na Copa do Mundo de 1958, transmitida apenas pelo rádio, a construção de Brasília, a implantação da indústria automobilística e a Bossa Nova simbolizam o clima de raro otimismo que caracterizou o governo Juscelino Kubitschek.

O salto da economia — com a industrialização, as hidrelétricas de Furnas e Três Marias, a nova capital e rodovias como a Belém-Brasília — cumpre em grande parte a promessa jusceliniana de fazer o Brasil avançar 50 anos em 5.

Falta, contudo, harmonia a esse desenvolvimento brasileiro, pois o tripé fundamental da infraestrutura — formado por transportes, energia e telecomunicações — está desequilibrado, com a absoluta carência do terceiro pilar, o das comunicações. A própria legislação existente é pobre e obsoleta. O país conta apenas com o Decreto-Lei 21.111, de 1º de março de 1932, que regulamenta os serviços de radiocomunicações.

Com pouco mais de 1 milhão de telefones para uma população de mais de 70 milhões de habitantes, o Brasil ainda é um país extremamente atrasado nessa área. Dois terços dos telefones existentes na época pertencem a uma empresa de capitais canadenses, a CTB — Companhia Telefônica Brasileira, do grupo Brazilian Traction (hoje Grupo Brascan).

Nessa época, o poder concedente está dividido entre a União, os Estados e os Municípios. As tarifas são demagogicamente mantidas em níveis baixos por vereadores populistas na maioria das câmaras municipais brasileiras. Além da velha CTB, mais de 900 pequenas companhias telefônicas e serviços municipais obsoletos operam no território nacional em 1962. Diversas capitais de Estado praticamente não falam entre si por telefone.

Um salto: a Lei 4.117

A primeira resposta a esse cenário é uma lei, mais especificamente a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações. Depois da participação de Dom Pedro II no nascimento do telefone, essa lei marca o segundo momento realmente significativo na história das telecomunicações brasileiras. A partir do código, o país formula sua primeira política nacional para o setor.

Como nasce o Código? Relembramos aqui que essa lei, curiosamente, vai decorrer de três fatos menores ou, na melhor das hipóteses, de três incidentes políticos. Aliás, no curtíssimo governo Jânio Quadros, de janeiro a agosto de 1961, ocorreram muitos incidentes políticos.

Um deles foi a suspensão arbitrária da Rádio Jornal do Brasil, o que provocou a reação solidária da grande mídia — jornais e emissoras de rádio — e da maioria dos membros do Congresso Nacional. Outro fato que também intranquilizou a mídia foi a criação do primeiro Contel-Conselho Nacional de Telecomunicações, pelo Decreto no 50.661, de 30 de maio de 1961, com a finalidade de controlar a exploração dos serviços de radiodifusão. E o terceiro fato foi a decisão, ainda por decreto de Jânio Quadros, de transferir a subordinação da CTR-Comissão Técnica de Rádio do Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP) para o Ministério da Justiça (MJ), gerando ainda maior temor de cerceamento da liberdade nas emissoras de rádio e TV.

Naquele momento, foi extraordinário o papel do coronel da aeronáutica Josemar da Costa Vallim. Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, a 25 de agosto de 1961, todos os componentes do grupo de assessores se retiraram da comissão, exceto Vallim, que continua lutando sozinho, “como paladino solitário das telecomunicações, defendendo-as e esclarecendo dúvidas de todos os congressistas, até que seja efetuada a votação final no Senado”, segundo as palavras do ex-ministro das Comunicações, comandante Euclides Quandt de Oliveira.

O presidente João Goulart vetou, então, 52 artigos do texto final aprovado pelo Congresso, desfigurando a lei em favor de posições estatizantes. O Congresso Nacional,

num de seus momentos de independência democrática, reagiu, derrubando os 52 vetos e restabelecendo as características essenciais da lei – que, de um lado, conferiu ao Estado papel primordial, embora não monopolístico, na prestação dos serviços públicos de telecomunicações e, de outro lado, atribuiu à iniciativa privada papel predominante na radiodifusão.

No início de 1962, pouco antes da votação da lei, o governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, encampa e nacionaliza a CTN-Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da ITT (International Telephone & Telegraph) no Rio Grande do Sul, transformando-a na atual CRT-Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (hoje novamente privatizada). O episódio gerou crise política, com reflexos internacionais.

Os méritos do Código

O Código Brasileiro de Telecomunicações (aprovado pela Lei 4.117, de 27-08-1962) é um marco na história do setor no Brasil, porque marca o início da fase institucionalizada de nossas comunicações. Entre outros avanços, essa lei cria o Sistema Nacional de Telecomunicações, colocando sob jurisdição da União os serviços de telégrafo, radiocomunicação e telefonia interestadual; institui o Contel-Conselho Nacional de Telecomunicações, tendo o Dentel-Departamento Nacional de Telecomunicações como sua secretaria executiva; atribui ao Contel o poder de aprovar as especificações das redes telefônicas, bem como o de estabelecer critérios para a fixação de tarifas em todo o território nacional; atribui à União competência para explorar diretamente os troncos de micro-ondas integrantes do Sistema Nacional de Telecomunicações; autoriza o Poder Executivo a constituir empresa pública com a finalidade de explorar industrialmente os troncos integrantes do Sistema Nacional de Telecomunicações (essa empresa será a Embratel); institui o FNT-Fundo Nacional de Telecomunicações, a partir de uma sobretarifa de até 30% sobre as tarifas dos serviços públicos de telecomunicações, com a finalidade de financiar as atividades da Embratel; porque define o relacionamento entre o poder concedente e o concessionário no campo da radiodifusão.

Há ainda outros méritos que devem ser atribuídos à Lei no 4.117, ou Código Brasileiro de Telecomunicações. O Contel passa a orientar a fixação de diretrizes para o setor de telecomunicações e a coordenar as expansões das redes e dos serviços, inclusive a implantação da Embratel, diretamente beneficiada com os recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações.

Em 1966, o Contel regulamenta o autofinanciamento, ou seja, a participação financeira dos pretendentes à aquisição de linhas telefônicas. Diante da carência de recursos de capital das concessionárias, cabe aos cidadãos financiarem o próprio telefone. Diante da baixa capacidade de investimento do Estado brasileiro, o autofinanciamento transforma-se em importante instrumento de apoio à expansão dos serviços de telefonia no Brasil.

A ação estatal positiva

Sem qualquer saudosismo ou simpatia pelo regime autoritário implantado pelo golpe militar de 1964 — façamos a ressalva — é honesto reconhecer que foram os governos militares, a partir do presidente Castello Branco, que deram início às grandes transformações das telecomunicações brasileiras, possibilitadas pela Lei no 4.117.

Com base nessa lei, são criados o Contel-Conselho Nacional de Telecomunicações e a Embratel-Empresa Brasileira de Telecomunicações, em 1965. O Contel, segundo órgão com esse nome, passa a funcionar como órgão executivo e regulador até a criação do Ministério das Comunicações, em 1967. A Embratel é incumbida da implantação do Sistema Básico (conjunto de troncos de microondas de longa distância) e das comunicações internacionais do Brasil. Inicia-se, assim, um período de profunda reorganização setorial, que incluirá a criação do Ministério das Comunicações, em 1967, e da Telebrás, em 1972.

A importância do setor de telecomunicações justifica, então, a criação de um ministério exclusivo para cuidar de seu desenvolvimento. É assim que nasce o Ministério das Comunicações (Minicom), criado pelo Decreto-Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967, e instalado no dia da posse do presidente Costa Silva, ou seja, a 15 de março de 1967. Ao Minicom são vinculados, desde logo, o Contel, o Dentel e a Embratel. O Ministério assume, então, as competências do Contel, que é extinto.

O primeiro ministro a assumir a pasta das Comunicações é um civil: o professor baiano Carlos Simas. Em 1969, toma posse o ministro Hygino Corsetti, integrante da equipe do presidente Emílio Garrastazu Médici.

Na gestão de Corsetti, de novembro de 1969 a março 1973, as telecomunicações iniciam uma fase de ascensão e de profundas transformações. As comunicações telefônicas e telegráficas internacionais, ainda exploradas por empresas estrangeiras, estão longe de atender às necessidades do país. Por isso, entre 1969 e 1973, a Embratel assume progressivamente a exploração dos serviços internacionais, à medida que expiram os prazos de concessão de empresas estrangeiras, tais como Radional, Italcable, Western e outras que operam no País.

Vale recordar que, em 1962, o governo parlamentarista de João Goulart, levando em conta a precária situação dos serviços telefônicos no Rio de Janeiro, decreta a intervenção na Companhia Telefônica Brasileira (CTB). Cabe ao governo militar nacionalizar a CTB em junho de 1966.

Na gestão de Corsetti, a CTB, sob a presidência do general José de Siqueira Meneses Filho, é efetivamente recuperada a partir de 1969. Em 1971, a empresa lança o Plano de 1 Milhão de Telefones, o primeiro grande projeto de recuperação da telefonia local no Brasil. Esse plano confere novas condições de apoio à indústria de equipamentos de telecomunicações instalada no país.

Todos os que conheceram de perto essa fase de recuperação da CTB concordam que ela foi marcada pela dedicação e pelo profissionalismo de uma equipe de jovens

engenheiros, a maioria vinda da Embratel, cujo trabalho é exemplo de dedicação e entusiasmo, sob a liderança do general Siqueira de Meneses Filho e dos diretores Helvécio Gilson, Delson Siffert, Luiz Fernando Portella, Ovídio Barradas e José Nunes Camargo, entre outros.

O trabalho da Embratel

Criada em 1965, a Embratel representava naquele momento a modernidade nas telecomunicações brasileiras neste segundo momento da história do setor.

Sob a presidência do general Francisco de Souza Galvão, a Embratel implanta a maior parte do sistema básico de micro-ondas que interliga todas as unidades da Federação. A ativação da discagem direta à distância (DDD) começa em fins de 1969, meses depois da implantação do tronco sul (São Paulo-Porto Alegre). A capacidade dessa rota salta de pouco mais de uma dezena de circuitos de ondas curtas (HF) para 960 canais de micro-ondas. O sistema DDD surpreende a todos e vai-se implantando entre Rio-São Paulo, São Paulo-Brasília, São Paulo-Salvador, São Paulo-Belo Horizonte etc., até cobrir todo o país.

A Embratel nasce praticamente ao mesmo tempo que o consórcio mundial Intelsat, do qual também participa o Brasil. Por isso, não lhe é difícil dominar as telecomunicações via satélite. Em fevereiro de 1969, inaugura a primeira estação terrestre de comunicações via satélite, a estação de Tanguá, no município de Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro.

Em breve, as emissoras de TV passam a anunciar com orgulho que seus programas estão sendo transmitidos via Embratel. Entre os eventos transmitidos estão a chegada do homem à Lua, no dia 20 de julho de 1969, que é vista por milhões de brasileiros, em transmissão ao vivo, via satélite e via Embratel.

O maior impacto, sem dúvida, é a Copa do Mundo de 1970, transmitida via satélite, ao vivo, para milhões de lares brasileiros. Pela primeira vez, a população pôde ver pela TV a vitória da seleção brasileira em mais um campeonato mundial de futebol.

Segundo as estatísticas de 2007, as últimas disponíveis no Ministério das Comunicações, o Brasil tem um total de 9.737 emissoras, sendo 6.981 em FM, 2.163 em ondas médias, 622 em ondas tropicais e 71 em ondas curtas. Além dessas, o País criou a figura das rádios comunitárias, de baixa potência e reduzido alcance. Elas são hoje 2.466 legalizadas e, talvez, umas 10 mil não legalizadas ou “rádios piratas”.

E o rádio digital?

O rádio faz parte de minha vida. Ouço rádio todos os dias, mesmo depois da chegada da TV, do computador e da internet. Para 95% da população brasileira, rádio é informação, entretenimento, serviço e cultura.

Do ponto de vista tecnológico, contudo, o rádio analógico vive um processo de obsolescência, em especial em ondas médias (OM) e amplitude modulada (AM) e passa por um momento de transição entre os velhos padrões analógicos e as novas promessas da digitalização. Apenas em frequência modulada (FM) o rádio tem boa qualidade.

Por que digitalizar o rádio? Por muitas razões, mas, principalmente, porque esse avanço tecnológico melhora a qualidade das recepções, possibilita a convergência com outros meios e tecnologias, abre perspectivas de interatividade, de maior estabilidade nas transmissões, de economia de espectro de frequências e de incontáveis aplicações.

Telefone, celular, computador, televisão, áudio e quase tudo em matéria de eletrônica evoluiu para a tecnologia digital – menos o rádio. Por quê? Por uma razão bem simples, as diferentes estratégias de digitalização do rádio – em AM, FM e ondas curtas – ainda enfrentam problemas e obstáculos realmente sérios em todo o mundo.

Para que sejam eliminados os problemas atuais, teríamos que mudar a faixa de frequências das emissoras para outra parte do espectro de frequências – o que obrigaria a todos os ouvintes a abandonarem seus receptores atuais e comprarem novos rádios.

É claro que os sistemas de rádios transmissores começaram a partir dos anos 80 a substituir a tecnologia analógica pela tecnologia digital, mas ainda em laboratórios e sistemas experimentais, demonstrando a possibilidade de melhoria sensível na qualidade do rádio, fazendo com que o áudio AM (Amplitude Modulation) fique com qualidade de FM (Frequency Modulation) e o áudio de FM com qualidade de CD (Compact Disc).

Os sistemas de rádio digital em desenvolvimento no mundo podem ser classificados em duas categorias: a) Sistemas em que a transmissão do rádio digital é feita no mesmo canal de frequência utilizado pela estação AM ou FM. Estes sistemas são conhecidos com In-band on-channel (Iboc). Os sistemas principais são o HD Radio do consórcio iBiquity (FM e AM), o FMeXtra da Digital Radio Express e o DRM de um consórcio europeu. Os dois primeiros são norte-americanos. O DRM, europeu.

O desafio

Em 14 de março de 2007, foi criado pelo Ministério das Comunicações o Conselho da Rádio Digital com 26 representantes de vários setores.

O Brasil promoveu centenas de testes com o sistema Iboc, de 2005 a 2009. Em 2010, começaram os testes com o sistema europeu DRM. Até agora, o desempenho de nenhum sistema de rádio atendeu plenamente a todos os requisitos de qualidade, estabilidade e alcance.

Inicialmente, apenas o sistema Iboc (In Band on Channel), criado pela empresa norte-americana Ibiquty, foi testado por uma dúzia de emissoras em todo o País, tanto em AM como em FM. O DRM (Digital Radio Mondiale), em desenvolvimento por um

consórcio europeu, veio depois e, num futuro próximo, virá o padrão japonês, compatível com o sistema de TV Digital adotado pelo País.

Como avaliar os testes? Começemos pelo pior caso, que é o das transmissões em AM. Na expressão irônica de um técnico, “a qualidade do rádio digital é ótima, desde que funcione.” Na verdade, ele funciona de modo razoável apenas durante algumas horas por dia, vencendo com dificuldade os problemas de poluição radioelétrica que dominam a Grande São Paulo. São motores elétricos, seis milhões de veículos, indústrias, 22 milhões de celulares, emissoras de alta potência e 15 mil rádios piratas. Tudo isso torna a Capital e os 37 municípios vizinhos um verdadeiro inferno para a propagação de sinais analógicos ou digitais.

À noite, a situação se torna ainda mais problemática, porque aumenta a reflexão das ondas na ionosfera, mudando sensivelmente o comportamento dos sinais em AM, gerando interferências em rádios distantes. Para as emissoras analógicas, a solução nas últimas décadas era reduzir a potência do sinal à metade. Mas nos testes do Iboc, com sinal analógico e digital, surgem novos problemas e a qualidade se torna inaceitável.

Nas transmissões em FM, enfrente outro problema desconfortável: a alternância de sintonia entre os sinais digital e analógico, tendo que ouvir a transmissão digital com atraso (delay) de 8 segundos, o que causa a repetição e o corte de trechos da informação, seja música ou notícia, em pontos de sombra da Grande São Paulo. Resta-me desligar o sintonizador digital e só ouvir a transmissão analógica.

Resta ainda o desafio econômico para as emissoras. Como mais de 80% das 9 mil rádios brasileiras são relativamente pobres ou deficitárias, poucas terão como investir de US\$ 50 mil a 200 mil (R\$ 100 mil a 400 mil), em novos equipamentos.

Mais difícil ainda é o lado dos ouvintes. Até aqui, a indústria brasileira não tem plano definido para a fabricação de receptores digitais. Não será fácil convencer a maioria dos ouvintes a pagar o equivalente a US\$ 100 ou 200 por um novo receptor – faixa de preço desses aparelhos nos Estados Unidos, onde já existe razoável escala, em especial para rádios de automóveis.

Fim da novela digital

Depois de defender o padrão Iboc durante mais de três anos, o ex-ministro das Comunicações, Hélio Costa, mudou radicalmente de posição. O ministro acabou reconhecendo aquilo que todos os técnicos independentes vinham afirmando desde 2006: em todo o mundo, a tecnologia de rádio digital ainda tem muitos problemas que não permitem sua adoção no Brasil.

O recuo de Hélio Costa, embora tardio, foi um fato positivo, pois seria muito pior se o Brasil adotasse o padrão de rádio digital Iboc. O maior prejuízo seria, sem dúvida, para as quase 10 mil emissoras de rádio brasileiras, que seriam levadas a investir numa tecnologia que ainda funciona precariamente. O que mais estranhou aos observadores

nesse episódio foi a posição da Abert, ao defender apaixonadamente o padrão norte-americano, mesmo diante da comprovação de seus problemas.

Hélio Costa anunciou sua nova posição no dia 21-12-2008 em artigo no jornal O Estado de Minas, em resposta à jornalista e professora Nair Prata, que havia cobrado do ministro, semanas antes, o cumprimento de suas promessas quanto ao rádio digital. Entre as diversas opiniões citadas no artigo de Hélio Costa, uma das mais convincentes foi a de Sarah McBride, editora de tecnologia do Wall Street Journal.

Na realidade, o jornal norte-americano apenas confirmou a conclusão já conhecida havia muito tempo: depois de quase 5 anos de introdução nos Estados Unidos, a nova tecnologia digital não conta hoje sequer com 10% da adesão das emissoras. Para se ter ideia da baixa penetração do rádio digital nos Estados Unidos, basta lembrar que, do lado dos ouvintes, mesmo com preços subsidiados, apenas 0,15% da população norte-americana adquiriu seu receptor digital.

Uma das características do padrão conhecido pelo nome de In Band on Channel (Iboc) ou HD Radio, criado pela empresa Ibiquity, é utilizar o mesmo canal de frequência para transmitir um único programa, simultaneamente, tanto no modo analógico quanto no digital. A idéia é excelente, mas, até agora, o sistema não tem funcionado de forma satisfatória.

Nas transmissões em AM e FM, o padrão Iboc apresenta, entre outros, o problema do atraso (delay) de 8 segundos do sinal digital, em relação ao analógico. Como o alcance do sinal digital é menor do que o analógico, nos limites de sua propagação, a sintonia oscila entre um e outro, com grande desconforto para o ouvinte.

Embora pareça ser a grande saída, a ideia de usar o mesmo canal para transmissões analógicas e digitais, adotada pela empresa Ibiquity, não tem tido sucesso na prática. O fato indiscutível é que essa tecnologia ainda não está madura e apresenta diversos problemas sérios, como a impossibilidade de se utilizarem receptores portáteis – pois o consumo de energia é tão elevado que as baterias se descarregam em poucas horas.

Na Europa, outras tecnologias têm sido propostas em faixas de frequências exclusivas para o rádio digital, o que, no entanto, obrigaria à troca de todos os receptores. Conclusão: ainda temos que esperar que o mundo desenvolva uma solução melhor para a digitalização do rádio.

O ministro Hélio Costa, desde que tomou posse no Ministério das Comunicações, em julho de 2005, sempre anunciou projetos puramente imaginários que nunca se concretizaram ou que se revelam inviáveis. Na abertura do evento internacional Américas Telecom, em outubro de 2005, em Salvador (Bahia), ele anunciou que o Brasil já vivia “a era do rádio digital” (quando apenas algumas emissoras iniciavam os primeiros testes com o padrão norte-americano HD Radio ou Iboc).

No caso do rádio digital Iboc, o ministro Hélio Costa chegou a sugerir que a indústria brasileira se associasse com a norte-americana Ibiquity, para produzir equipamentos no Brasil, com eventual apoio do BNDES.

Futuro IP ou Broadcasting?

Não tenho dúvida de que a digitalização do rádio já avançou muito numa direção totalmente diferente daquela que poderíamos esperar até os anos 1990. Essa digitalização ganha diariamente espaços novos na internet e no telefone celular.

Pessoalmente, ouço rádio apenas diante de meu computador e algumas vezes no celular e no iPod. Os tablets nos oferecerão ainda uma opção a mais. Além de sintonizar as emissoras brasileiras em seus sites, utilizo o iTunes, da Apple, programa gratuito que me permite ouvir entre mais de mil emissoras – uma centena de rádios que só tocam música clássica, ou outras dedicadas exclusivamente a jazz ou música popular internacional. É claro que a maioria das pessoas que dispõem do iTunes talvez não tenha descoberto a maravilha que é essa possibilidade de ouvir as melhores emissoras de rádio do mundo via internet.

Investi algo como R\$ 500 em seu sistema de multimídia para ouvir música ou noticiário, no computador desktop de meu home office. A qualidade do áudio pode chegar a um índice de compressão de 256 quilobits por segundo (kbps).